

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes**



PARECER JURÍDICO

PROCESSO Nº 047 – PE 008/2020

Trata-se de projeto de lei complementar que visa dispor sobre a revisão geral de vencimentos e aumento real do pessoal do Município de Montenegro.

A mensagem justificativa faz referência ao parágrafo único do art. 62 do Regime Jurídico dos Servidores, que determina a revisão geral e anual da remuneração dos servidores.

O reajuste de vencimentos ocorrerá no percentual de 4,48% (quatro virgula quarenta e oito por cento) com base no INPC de janeiro a dezembro de 2019 para todos os servidores.

A mensagem retificativa diferencia o percentual de aumento real entre os servidores do magistério e os demais servidores, concedendo aumento real de vencimentos de R\$ 8,36 (oito virgula trinta e seis por cento) aos servidores do magistério e aumento de 1,02 (um virgula zero dois por cento) aos demais servidores.

1

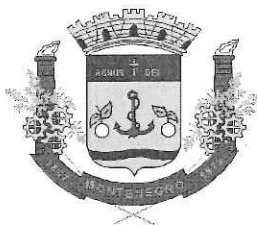
Relatei.

O art. 37, inciso X, da Constituição Federal¹ determina a revisão geral e anual da remuneração dos servidores públicos e do subsídio dos agentes políticos.

É da competência privativa do Prefeito a iniciativa de leis que tenham por objeto fixar a remuneração dos servidores do Poder Executivo Municipal, tal como preceitua o art. 61, § 1º, II, "a", da Constituição Federal².

¹ "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...] X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;"

² "Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes**



A espécie normativa adequada para tratar da revisão dos vencimentos dos servidores do Legislativo é a *lei complementar*, em face do disposto no art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica³.

Considerando que a proposta de revisão geral da remuneração dos servidores do Executivo foi veiculada por meio de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito Municipal, que respeita a espécie normativa adequada (lei complementar), restam cumpridas as disposições normativas (legais e constitucionais) atinentes à matéria, acima referidas.

O pagamento que origina o aumento de remuneração do servidor deve, ainda, observar o disposto no art. 169 da Constituição Federal, especialmente contar com "**prévia dotação orçamentária** suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes" e "**autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias**".⁴

As exigências foram cumpridas pelo autor do presente Projeto de Lei Complementar.

2

ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

[...]

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;"

³ "Art. 50 São objeto de leis complementares as seguintes matérias: [...] VII – Regime Jurídico dos Servidores, estatutos dos funcionários públicos e plano de carreira do Magistério Público Municipal;"

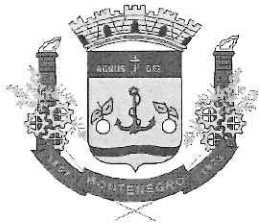
⁴ "Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista."

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes**



Cumprе ressaltar, ainda, a necessidade de atendimento aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente a apresentação do documento exigido nos incisos I e II do seu art. 16 e comprovação de respeito aos limites de gastos com pessoal (arts. 19 e 20 da LRF). A estimativa de impacto orçamentário-financeiro (art. 16, inciso I, da LRF) acompanha o referido expediente administrativo.

No caso dos autos, consta do processo (Processo Administrativo nº 2020/305) a comprovação de respeito aos limites de gastos com pessoal (arts. 19 e 20 da LRF) e declaração do ordenador de despesa.

Diante disso, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto.

Montenegro/RS, 19 de março de 2020.


Alexandre Muniz de Moura

Consultor Jurídico - OAB/RS 63.697